

A “tragédia do viver urbano” e suas narrativas, memórias e temporalidades

ROCHA, Ana L. C. da & ECKERT, Cornelia. *Antropologia da e na cidade: interpretações sobre as formas da vida urbana.* 1ª. ed., Porto Alegre, Marca Visual, 2013, 296 pp.

Enrico Spaggiari
Universidade de São Paulo

Composta por uma tradição de linhas de pesquisa que procuraram enfrentar a complexidade e heterogeneidade observadas nas cidades e metrópoles, a antropologia urbana brasileira tem se dedicado a redefinir e explorar categorias que permitem estabelecer pontes entre a produção antropológica clássica e a antropologia contemporânea. Inserida no conjunto de produções recentes voltadas a um processo contínuo de reavaliação dos potenciais e limites das etnografias urbanas na investigação das tramas e dinâmicas da vida cotidiana em várias de suas dimensões, e não somente em suas expressões institucionais e formais, *Antropologia na e da cidade: interpretações sobre as formas de vida urbana* é uma obra enérgica e instigante que reúne algumas pesquisas e reflexões desenvolvidas pelas antropólogas Ana Luiza Carvalho da Rocha e Cornelia Eckert na Ufrgs.

Dividido em oito capítulos, o livro reúne produções publicadas originalmente em periódicos e coletâneas, ao mesmo tempo em que promove continuidade a um conjunto de produções cuja primeira síntese já havia sido apresentada em obra anterior (Eckert e Rocha, 2005). Tendo Porto Alegre como locus privilegiado de prática etnográfica e análise antropológica, as autoras apresentam uma cidade polifônica, atravessada por múltiplas temporalidades, experiências sociais e formas de ocupar o espaço, sem cair

em uma possível armadilha envolvendo a “querela das preposições” (Perglougher, 1993): antropologia *da* cidade ou antropologia *na* cidade.¹

As autoras iniciam a obra com um capítulo dedicado às tradições das ciências sociais de pesquisa no universo urbano brasileiro. Oportuno e criterioso, “Nas trilhas de uma antropologia da e na cidade no Brasil” traz um levantamento da produção bibliográfica – principalmente antropológica e sociológica, mas não somente – sobre o tema da cidade e da política, binômio estrategicamente acionado em diversos momentos. Embora enfoquem uma abordagem temática da produção, as autoras traçam também uma releitura histórica e política do contexto intelectual e social brasileiro em um balanço crítico que perpassa diversas gerações ao longo do século xx, e que se inicia pelos “pais fundadores”, como Roquette-Pinto, Nina Rodrigues, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, entre outros, e tem continuidade com a notável geração de antropólogos e sociólogos, entre eles Egon Schaden, Luiz Castro Faria, Florestan Fernandes ou Darcy Ribeiro, projetada pelos cursos de Ciências Sociais recém-criados em Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo. Em seguida, as autoras fazem uma releitura dos trabalhos pioneiros e das linhas de pesquisa em Antropologia Urbana orientadas por Eunice Durham e Ruth Cardoso na USP, atentas para a atuação dos cidadãos como atores sociais e políticos em diferentes recortes do espaço cotidiano (trabalho, política, lazer, violência, religião). Retoma-se também a obra e os projetos de pesquisa de Ruben George Oliven na Ufrgs, voltados a questões envolvendo disposições dos grupos urbanos, situações de classe e identidade social, e os estudos de Gilberto Velho – que tanto contribuiu para a formação do campo da Antropologia Urbana no Brasil, e a quem é dedicada a obra – sobre estilos de vida, trajetórias, projetos, processo de individualização, consumo de drogas, violência etc.²

O segundo capítulo, voltado aos pesquisadores de graduação e pós-graduação, aborda a construção do conhecimento antropológico a partir

de uma discussão sobre o método etnográfico. As autoras desvendam a prática da pesquisa de campo etnográfica, suas técnicas e procedimentos, desde as “saídas exploratórias”, com vistas à elaboração do projeto de pesquisa fundamentado teórica e metodologicamente; a leitura de etnografias clássicas; a aproximação com o campo de pesquisa e negociação com os principais interlocutores; interação prolongada e regular com os pesquisados; o exercício do olhar e do escutar; a escrita e registro de relatos e experiências nos famigerados cadernos de notas e diários de campo; a constante reavaliação dos procedimentos e comportamento em campo; questões éticas que atravessam a prática etnográfica; e o solitário e intrincado processo de redação da monografia. Por fim, as autoras apontam para a produção de escritas etnográficas acendidas pelas novas tecnologias e textualidades digitais – em ambientes virtuais, no *cyberspace*, ou uma etnografia hipertextual – que dinamizam e ampliam os modos de recomposição dos saberes e a produção de conhecimento.

Os dois primeiros capítulos configuram um quadro da produção da Antropologia Urbana sobre cidade e política e sobre a pesquisa etnográfica, e acabam por ressaltar o modo criativo e habilidoso das antropólogas Ana Luiza Carvalho da Rocha e Cornelia Eckert de problematizar e enfrentar a complexidade das dinâmicas urbanas das atuais cidades brasileiras a partir das práticas cotidianas, trajetórias sociais, estilos de vida e narrativas pessoais. As autoras propõem novos modos de pensar as cidades e as práticas dos cidadãos a partir de uma discussão sobre cidade, tempo e memória, que perpassa todo o livro, pautada pelo diálogo com diversos autores, como Benjamin e Bergson, mas principalmente Durand, Ricouer, Simmel e Bachelard.

Inspiradas pelas leituras e pela prática etnográfica, as autoras concebem a cidade como objeto temporal, notadamente polissêmico e heterogêneo, vivido e narrado pelos cidadãos; operadores de um trabalho de recordar que constrói o cotidiano nos jogos de relações e das experiências

urbanas no fluxo temporal descontínuo. Tal ritmicidade temporal, para além da rememoração do passado, sugere uma contínua modificação do presente, e inclusive uma retomada transformadora dos fragmentos e momentos de um passado esquecido restaurado. Desponta a proposta de uma *etnografia da duração*, pautada pela observação, documentos, imagens, fotografias, e voltada à compreensão das narrativas biográficas e processos sociais com base num passado lembrado e reconstituído a partir do tempo narrado, das reflexões e experiências vividas pelos cidadãos no presente, tempo da interação etnográfica.

A proposta ganha vigor pela documentação etnofotográfica apresentada ao longo do livro, fruto de um precioso diálogo construído na interface entre antropologia urbana e antropologia visual, apresentado principalmente no terceiro capítulo, “Narrativas Imagéticas”, que traz ensaios etnofotográficos oriundos de projetos de mestrado e doutorado orientados por ambas as autoras no Navisual – Núcleo de Antropologia Visual da Ufrgs e no Biev – Banco de Imagens e Efeitos Visuais. As narrativas visuais de Fernanda Rechenberg, Jéssica Hiroko de Oliveira e Olavo Ramalho Marques, fazem uso da produção de imagens para analisar a construção e estetização de sentidos e lembranças enlaçados ao universo urbano.

Conflito e crise são os temas abordados em dois capítulos da obra, nos quais as autoras procuram compreender as representações de medo e crise do tempo social em um cotidiano intimidado pela crescente violência e criminalidade dos centros urbanos contemporâneos. Ao observarem a configuração da cultura do medo no contexto urbano, pontuam como os cidadãos *experenciam*, bombardeados por uma espetacularização discursiva dos meios de comunicação sobre a insegurança e vulnerabilidade a que estão expostos, a desagregação e perecimento das relações sociais, que proporcionam esquecimentos e descontinuidades no tempo vivido. Desnorteado pelo aumento da sua vulnerabilidade, com sua prática

cidadã gradativamente admoestada, o cidadão, sem confiança na capacidade dos administradores e órgãos estatais responsáveis pela segurança, procura ações preventivas, individuais e comunitárias, para se proteger. Em busca de segurança, o cidadão muda sua rotina, hábitos e estilo de vida na cidade, aciona táticas de evitação e empregam todo um arsenal de recursos para resguardar o patrimônio e as pessoas: muros e grades para fortificar casas e edifícios, circuitos de alarmes contra roubo, arames e cercas elétricas, guaritas, porteiros eletrônicos etc. Ao longo desses dois capítulos, as autoras explanam como tais estratégias, adaptações e pontuais intervenções dos moradores na tessitura urbana revelam memórias, comportamentos e escolhas das biografias de cidadãos realocados em novas lógicas de segregação espacial e social.

No capítulo quatro, as autoras descrevem certos episódios dessas experiências vitimadas pelo sentimento de insegurança, cujos relatos apontam, sobretudo, para a promoção de várias formas de relação com a cidade que interiorizam uma cultura do medo. Na voz dos idosos, por exemplo, ordens e receios antigos são superados e substituídos por outros medos e proibições, que desestimulam as interações. O quinto capítulo aborda a realização do documentário *A cidade sitiada*, filmado pelas próprias autoras. A partir de extratos do roteiro de edição, desvelam ao longo do texto os objetivos, desafios e impasses do documentário, que procurou explorar as narrativas e experiências de vulnerabilidade e medo de alguns personagens (moradores de Porto Alegre), e de como essa cultura do medo – uma das “formas criadas pela obra humana para se viver a cidade” (p.181) – estiliza as relações sociais, acidenta os ritmos temporais cotidianos e reconfigura o imaginário social.

Os dois capítulos seguintes trazem reflexões sobre a construção das paisagens urbanas no trabalho da memória dos cidadãos e de suas narrativas dos ritmos temporais de ocupação dos territórios urbanos. O sexto capítulo problematiza as diversas interconexões coletivas localizadas na

paisagem a partir do que as autoras observam e apreendem da vida dos cidadãos em suas narrativas etnográficas – escritas, fotográficas e videográficas. A memória coletiva é o tema acionado para pensar não só o “jogar social” e a estetização da vida cotidiana, mas também para analisar as experiências de viver as paisagens urbanas, como pode ser apreendido do exemplo etnográfico sobre as múltiplas razões práticas e simbólicas narradas por imigrantes de diferentes nacionalidades em uma comunidade de mineiros de carvão na França para a permanência na cidade mesmo após o fechamento das minas. As variações paisageiras na cidade também são observadas a partir da objetificação e categorização de paisagens como patrimônios. Tratadas como memórias históricas de um tempo ideal e objetos de práticas preservacionistas regidas por políticas culturais, as paisagens deixam de ser vivenciadas no tempo e espaço dos cidadãos, tornam-se esvaziadas de relações e trajetórias, bem como limitadas à configuração de valores e identidades.

No capítulo sete, as autoras passam a definir algumas noções de paisagem pelos olhares dos artistas, dos geógrafos, dos arquitetos, dos historiadores e, por fim, dos antropólogos, o que permite “repensar o conceito de paisagem do ponto de vista da descontinuidade do tempo, não a concebendo como simples registro e inscrição do tempo numa matéria qualquer, num espaço determinado” (p.234). Inspiradas por Bachelard, as autoras trabalham com uma noção de paisagem como objeto construído, resultante de trabalho de jogos da memória, camadas de tempo e imaginação criadora dos grupos humanos no plano terrestre. Uma paisagem que conta histórias, mas que nunca é homogênea, visto que deriva de disposições estéticas afeiçoadas pelas ações, experiências e lembranças humanas no mundo. Assim, a imaginação criadora modela e transforma a natureza, faz da paisagem tanto negação e afirmação dos atributos da matéria terrestre, diferencia e singulariza os lugares, revela o potencial estético.

O capítulo oito traz uma reflexão sobre estética urbana e memória coletiva nas cidades brasileiras ao longo de uma ampla jornada de compreensão da conformação de uma civilização urbana no Brasil que se inicia no período da colonização europeia, desbravando a retórica colonial, centrada na figura do herói civilizador e na conquista de terras. Contudo, as autoras se detêm na criação e fundação de Porto Alegre para problematizar a espacialidade da cidade e evidenciá-la como fruto de um processo de estabilização temporal da memória coletiva gaúcha. Assim, enfrentam um complexo enquadramento temporal para desnudar as raízes gaúchas e arquétipos fundadores da estética da paisagem de Porto Alegre e da civilização rio-grandense, muitos deles estetizados no teatro da vida urbana gaúcha contemporânea. Tal resignificação das tradições patriarcal e colonial frente às ruínas do tempo é, segundo as autoras, “[...] não só transfiguração de uma estética social campestre no cenário citadino da capital gaúcha a partir da ambiência do teatro da vida coletiva de seus arrabaldes e arraiais, mas à absorção gradual das marcas aí deixadas por tais estruturas espaço-temporais [...]” (p.258). Estabilização de ritmos temporais descontínuos e camadas de duração que alimentaram a memória coletiva no processo de consolidação de uma civilização urbana.

Narrativas, crises, paisagens e jogos da memória desafiam o pensamento antropológico na obra de Ana Luiza Carvalho da Rocha e Cornelia Eckert, que traz um olhar para a pluralidade de experiências urbanas e seus vários tempos e durações. A paisagem citadina, como bem apontam, carrega uma heterogeneidade de sentidos, expressão das crises e dos medos, bem como das trajetórias, memórias, ritmos temporais, estratégias e desejos dos seus moradores. Ao explorarem as tensões, dilemas e conflitos relacionados à construção das identidades sociais, as autoras descortinam uma cidade concebida como objeto temporal, intenso e dinâmico, marcado pela fragmentação das memórias, vínculos territoriais e relações

sociais. Propõem, portanto, modos desafiadores de se fazer antropologia urbana, voltando o olhar para a memória e o imaginário, a desordem e as contradições, o medo e as ruínas, que reconfiguram espaços urbanos marcados por uma estética descontínua, instável e fugaz.

Revelam, assim, uma cidade que vive um eterno reconstruir frente à decadência urbana, deterioração de valores e ao constante conflito social na vida cotidiana – conflito tão caro a Georg Simmel. “Portanto é da dinâmica da cidade a morte e o renascer, a morte que transforma. É este eterno ciclo de morrer para renascer e criar para morrer que identificamos como a tragédia do viver urbano” (p.176-177). Uma constituição-desconstrução criativa dos espaços urbanos vivida e narrada por cidadãos (e etnógrafas), testemunhas e artesãos das artes de fazer (Certeau, 1994) e artes de desfazer as nossas cidades.

Notas

- ¹ Sobre o debate envolvendo a antropologia *na e da* cidade, conferir Magnani (2002) e Frúgoli Jr. (2007).
- ² Vale ainda mencionar temas e linhas de pesquisa destacados pelas autoras: violência urbana, a pobreza, a política e o cotidiano nas favelas e periferias, observadas por Alba Zaluar e Teresa Caldeira no Rio de Janeiro e em São Paulo, respectivamente; as redes de relações, fluxos e territorialidades que a partir da prática etnográfica de José Guilherme Magnani, que se desdobram em pedaços, circuitos e manchas; os aspectos políticos e culturais da produção do espaço público pesquisados por Antonio Arantes nos estudos sobre patrimônio cultural; intervenções públicas e privadas no espaço urbano e políticas de revitalização, analisadas por Heitor Frúgoli Jr.; e as relações de poder, períodos eleitorais, clientelismo e o “tempo da política” são temas pesquisados por Moacir Palmeira, Beatriz Heredia e Karina Kuschnir em pequenas, médias e grandes cidades.

Referências bibliográficas

- CERTEAU, Michel de
1994 *A Invenção do cotidiano. Artes de fazer*. Petrópolis, Vozes, 351 pp.
- ECKERT, Cornelia & ROCHA, Ana L. C. da
2005 *O tempo e a cidade*. Porto Alegre, Editora da Ufrgs, 196 pp.
- FRÚGOLI JR., Heitor
2007 *Sociabilidade urbana*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 70 pp.
- MAGNANI, José Guilherme C.
2002 “De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 17, n. 49: 11-29.
- PERLONGHER, Néstor
1993 “Antropologia das sociedades complexas: identidade e territorialidade, ou como estava vestida Margaret Mead”. *Revista Brasileira de Ciências*, São Paulo, ano 8, n. 22: 137-144.